



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DÉCIMO SEGUNDO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada ao 1º dia do mês de dezembro de 2025. Às 15h27 min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, de acordo com a Lei nº 14.757, para discutir as Mensagens do Executivo de nºs 4.711/2025, 4.715/205, 4.716/2025 e 4.717/2025. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 991830706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. Foi informado também que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária, e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Com a palavra, o Vereador Marlon Siqueira disse que embora os Vereadores tenham acesso às justificativas técnicas no sistema interno, a audiência pública exige explicações didáticas e transparentes. O Vereador questionou quais critérios técnicos e sociais orientaram a seleção das obras incluídas no pacote, especialmente considerando o valor de duzentos milhões de reais destinado ao Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (Finisa). Chamou atenção para o fato de que, entre os itens contemplados pelo programa, há a possibilidade de utilização dos recursos como contrapartida para outros financiamentos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que gera dúvidas sobre a eventual contratação de um empréstimo para garantir outro. Pediu esclarecimentos a respeito. Também solicitou informações sobre o impacto acumulado desses empréstimos na dívida pública do Município, avaliando se existe risco de comprometer orçamentos futuros e a capacidade de investimento das próximas gestões. Indagou ainda sobre as condições financeiras dos contratos, como juros, taxas administrativas, prazos e encargos, e se houve análise comparativa com alternativas mais vantajosas no mercado. O Vereador ainda perguntou se existe um planejamento detalhado para execução das obras, com cronograma, orçamento e responsáveis definidos, e quando esse material poderá ser disponibilizado. Manifestou preocupação com os mecanismos de fiscalização previstos para garantir a correta aplicação dos recursos e questionou se haverá auditoria externa ou colaboração direta com órgãos de controle, como o Tribunal de Contas. Por fim, chamou atenção para os riscos fiscais decorrentes da vinculação de receitas, como Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) como garantia dos empréstimos, já que a retenção automática desses valores, em caso de atraso, poderia comprometer serviços essenciais. Reforçou a importância de que o Governo apresente cada um dos quatro empréstimos separadamente, a fim de facilitar o entendimento da população e desta Casa Legislativa. Com a palavra, o Vereador Juraci Scheffer falou da limitação atual de investimentos do Município em um orçamento de aproximadamente 4 bilhões de reais, apenas 180 milhões estariam disponíveis para investimentos, considerando inclusive a Administração Indireta, como a Cesama. Ressaltou que Juiz de Fora, com mais de 1.400 km², topografia acidentada e grande déficit em obras públicas, especialmente em drenagem, macrodrenagem e pavimentação, não consegue avançar sem recorrer a financiamentos. Ele lembrou que programas como o Finisa já vêm sendo utilizados desde gestões anteriores e explicou que seus recursos não são recebidos de forma imediata, mas liberados por medição conforme a execução das obras, com as etapas de contratação, empenho, liquidação e pagamento. Reforçou que a análise da capacidade de endividamento precisa considerar as dívidas já existentes, mas reiterou que o Município necessita desses recursos para realizar obras estruturais. Comentou ainda que todos os empréstimos, independente do governo, costumam ser vinculados a garantias



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025

ATA APROVADA

como o FPM, devido aos juros subsidiados. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão registrou que, antes de fazer sua fala, prefere aguardar a exposição completa do Governo, incluindo o detalhamento de cada obra, para então apresentar suas considerações. Com a palavra, a Senhora Cidinha Louzada, Secretária de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular, explicou que a apresentação será dividida em partes, iniciando pelo Programa Periferia Viva, por se tratar de uma iniciativa federal que exige detalhamento próprio. Relatou que, ao identificar a possibilidade de Juiz de Fora participar do programa, a equipe decidiu inscrever o Município, embora soubesse da complexidade do processo e da concorrência nacional. Destacou que a ONU-Habitat, representada na Audiência, já havia realizado estudos no território na gestão anterior, o que forneceu dados fundamentais sobre o Dom Bosco, suas necessidades e fragilidades, especialmente após perdas de espaços comunitários e o isolamento de áreas como o Chapadão. Com base nesses levantamentos e no mapeamento produzido pelo geoprocessamento, o projeto foi enviado a Brasília e a aprovação foi recebida com surpresa e alegria pela equipe. A Secretária esclareceu que o programa exige etapas formais, sendo a primeira delas a consulta à comunidade, que precisa aceitar e validar o projeto antes de qualquer encaminhamento ao Legislativo. Ressaltou que a reunião inicial no território foi realizada com a presença de lideranças locais, que demonstraram satisfação com as possibilidades apresentadas. Observou que, naquele momento, foi informado que havia recursos disponíveis, mas que todo o processo dependeria das etapas seguintes, inclusive da análise da Câmara, que historicamente tem sido parceira em iniciativas voltadas à periferia. Disse que, quando o projeto formal chegar ao Legislativo, será apreciado de forma favorável, dada sua relevância social. A Senhora Cidinha encerrou informando que o detalhamento técnico da escolha do território e da urgência das intervenções será apresentado pelo representante da Defesa Civil, Senhor Luís Fernando, responsável pelo diagnóstico inicial da área. Acrescentou que a equipe continuará à disposição para os esclarecimentos seguintes, mencionando ainda o trabalho comunitário desenvolvido por Júlia Daibert, especialmente ligado à escuta e às demandas locais, em um território carente de espaços de lazer e infraestrutura básica. Com a palavra, o Subsecretário de Defesa Civil, o Engenheiro Luis Fernando Martins, apresentou diagnóstico técnico sobre as áreas de risco da comunidade do Dom Bosco. Informou que grande parte do bairro é classificada como R3 (risco alto) e R4 (risco muito alto) para movimentos de massa, especialmente na área mais elevada. Destacou que o bairro já registrou 311 escorregamentos desde 1996, demonstrando a instabilidade do solo, inclusive em regiões consideradas de baixa declividade. Exibiu mapas de suscetibilidade e risco, além de imagens de escorregamentos ocorridos, como os da Rua José Claro Dias, cujo problema permanece desde 2020 e vem se agravando ao longo dos anos. Também foram apresentados registros de aterros lançados pela própria comunidade, direcionamento inadequado de águas pluviais, vazamento de esgoto e estruturas antigas comprometidas, fatores que contribuem para a saturação do solo e aumento da probabilidade de novos incidentes. O Subsecretário informou ainda sobre escorregamentos registrados na Rua Vicente Beghelli em 2022 e 2023, que impactaram parcialmente o tráfego. Ressaltou que, diante do nível de risco, medidas paliativas já não são suficientes, sendo necessárias intervenções estruturais, incluindo obras de contenção, drenagem e saneamento básico, conforme previsto na proposta apresentada. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão registrou que a audiência irá tratar de diversas Mensagens, mas destacou a necessidade de analisar cada uma individualmente. Questionou a origem e a destinação dos R\$ 40 milhões previstos para intervenções no Dom Bosco, informando que, segundo resposta da Defesa Civil, ainda não há detalhamento dos projetos ou da distribuição dos valores por tipo de obra. Ressaltou que o Legislativo precisa conhecer o planejamento, incluindo quanto será aplicado em contenção de encostas, infraestrutura ou demais melhorias, a fim de deliberar com segurança. O Vereador disse não ser contrário à comunidade do Dom Bosco e relembrou ações anteriores desenvolvidas no local, enfatizando o compromisso com todas as regiões da cidade. Reforçou, contudo, que a aprovação da matéria exige transparência quanto à aplicação dos recursos e a garantia de que o orçamento seja



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

suficiente para as intervenções previstas. Solicitou novamente que as Mensagens sejam analisadas separadamente, com a indicação clara dos gastos previstos em cada uma. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola solicitou esclarecimentos, destacando preocupação com o uso do termo "remoção" no projeto. Questionou se os 40 milhões previstos incluem garantias, compensações ou subsídios de moradia para eventuais famílias afetadas, especialmente comunidades tradicionais. O Vereador ressaltou sua ligação histórica e cultural com o território do Dom Bosco, identificado como quilombo remanescente e espaço de povos originários e descendentes de pessoas escravizadas, mencionando a importância da preservação de seus costumes, seus dialetos e sua identidade cultural. Registrou que tanto ele quanto o Vereador Tiago Bonecão representam os povos periféricos originários daquela região e solicitaram efetividade e clareza quanto às intervenções previstas. Destacou a necessidade de que tanto a parte alta quanto a parte baixa do Dom Bosco sejam contempladas, considerando que o ecossistema local é amplo e sensível. Pontuou ainda que o projeto não detalhou a aplicação dos 40 milhões, gerando inquietações na comunidade. Disse que aguarda, com expectativa, a apresentação técnica da Arquiteta responsável, reforçando que o Dom Bosco está representado na Audiência e que os moradores esperam transparência e participação no processo. Com a palavra, a Arquiteta Júlia Daibert, Coordenadora de Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular, apresentou esclarecimentos sobre a Mensagem do Executivo nº 4.711/2025. Ela informou que já havia encaminhado aos Vereadores, a pedido do Vereador Tiago Bonecão, o cronograma físico-financeiro e o programa submetido ao Ministério das Cidades, o qual foi previamente aprovado. Explicou que, nessa fase inicial, o cronograma apresentado era preliminar, abrangendo áreas de encostas, saneamento básico e pavimentação, elaborado apenas para fins de pré-aprovação. Ressaltou que, após a aprovação da operação de crédito pela Câmara e pela Caixa Econômica Federal, será contratada a elaboração de um Plano de Urbanização Integral, envolvendo equipes multidisciplinares das áreas jurídica, social, de arquitetura e engenharia, para dialogar diretamente com a comunidade e definir conjuntamente as necessidades reais do território. Destacou que intervenções como drenagem e habitação são interdependentes e precisam ser planejadas de forma integrada. Informou ainda que o financiamento contempla ações de melhoria habitacional, regularização fundiária, saneamento básico e demais componentes necessários ao processo de urbanização, estando todos inseridos no montante total previsto. A Senhora Júlia ainda explicou que, em projetos complexos como o do Bairro Dom Bosco, intervenções de saneamento, especialmente em áreas de encosta, podem inicialmente sugerir soluções que resultariam na retirada de moradores. Destacou que, com a atuação conjunta de equipes multidisciplinares, como, Engenheiros, Arquitetos, profissionais sociais e jurídicos, o plano integral permite estudar alternativas que evitem remoções, priorizando soluções que garantam segurança sem deslocar famílias. Informou que essa metodologia é uma exigência do programa Periferia Viva, que enfatiza a atuação social e prevê um plano de ação social obrigatório, justamente para prevenir conflitos e minimizar impactos na comunidade em projetos de grande porte envolvendo risco de deslizamento, saneamento básico e intervenções estruturais. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado ressaltou a importância da escolha do Bairro Dom Bosco como prioridade para receber os investimentos previstos, elogiando o trabalho técnico da Prefeitura, em especial da Defesa Civil, representada por Luis Fernando. Destacou que, embora cada Vereador possua bases políticas distintas, a escolha do Dom Bosco foi correta diante dos riscos existentes no território. Informou que, segundo dados do Portal da Transparência, a dívida pública de Juiz de Fora, que em 2020 era de aproximadamente R\$ 4,637 bilhões, alcança atualmente cerca de R\$ 7,937 bilhões, representando um aumento significativo no período recente. Ressaltou que esse crescimento exige cautela na análise de novos empréstimos e que os Vereadores não podem aprovar operações de crédito "a toque de caixa", sem garantias de sustentabilidade financeira. O Vereador disse que sua posição não representa oposição ao Bairro Dom Bosco nem às suas necessidades, mas sim a defesa da responsabilidade com as contas públicas, considerando que futuras gerações também arcarão com os impactos desses endividamentos. Reforçou que, em votações anteriores



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

sobre empréstimos, já havia solicitado que a Prefeitura demonstrasse capacidade de pagamento dentro da própria gestão, o que, segundo ele, não ocorre no cenário atual. Concluiu reiterando que ninguém é contra o Dom Bosco, mas que é imprescindível manter responsabilidade fiscal e transparência na contratação de novos créditos pelo Município. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer esclareceu que a dívida mencionada anteriormente pelo Vereador Maurício Delgado refere-se majoritariamente ao déficit atuarial do Fundo de Previdência Municipal, o qual não corresponde à dívida fundada da Prefeitura. Explicou que esse montante representa uma projeção hipotética, como se todos os Servidores fossem aposentados simultaneamente, e não compromete a capacidade do Município de contratar financiamentos. Ressaltou que a capacidade de pagamento do Município é o parâmetro técnico utilizado para autorizar empréstimos e que financiamentos são essenciais para viabilizar obras estruturantes. Exemplificou com os empréstimos do Finisa, de R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, que permitiram a execução de obras de contenção, drenagem e melhorias viárias, sem as quais Juiz de Fora teria vias intransitáveis. Destacou também investimentos provenientes do PAC, sem contrapartida municipal, e recursos previstos do BNDES, ainda não contratados. Explicou que a aprovação legislativa é apenas a autorização para buscar o crédito e que a liberação de recursos ocorre gradualmente, conforme apresentação e aprovação de projetos executivos e medições de obra. Observou que os valores não chegam integralmente e de imediato ao caixa da Prefeitura. Sobre o Bairro Dom Bosco, disse conhecer profundamente a região e reforçou a necessidade de intervenções devido à complexidade de vias. Relatou ainda a perda do antigo campo de lazer, considerado por ele uma injustiça histórica, defendendo que o novo projeto contemple uma área de lazer para a comunidade. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que a comunidade tem sido mobilizada de forma inadequada. Citou como exemplo o caso do Bairro Esplanada, cuja pintura realizada em 2022 estaria atualmente em condições precárias, o que, segundo ele, demonstraria falta de execução adequada mesmo após empréstimos anteriores. O Vereador falou não ser contrário ao valor de R\$ 39 milhões destinado ao Dom Bosco, reconhecendo que, se todas as obras anunciadas fossem realmente executadas, seriam de grande utilidade. No entanto, segundo ele, a Prefeitura vem estruturando novos empréstimos, alegando que isso "maquia" o orçamento público e compromete a capacidade da cidade de manter serviços essenciais. Relatou dificuldades enfrentadas por Servidores da Demurb, mencionando falta de combustível, veículos parados e situações em que profissionais teriam de buscar insumos por conta própria. Falou também dos atrasos em pagamentos a clínicas e prestadores de serviço e mencionou que a população é a principal prejudicada, especialmente na área da saúde e na coleta de resíduos. O Vereador ainda classificou a postura dos Governos Federal e Municipal como irresponsável em relação aos gastos públicos. Destacou que a continuidade de empréstimos, sem equilíbrio financeiro, pode resultar na paralisação de serviços, como coleta de lixo, atendimento médico e realização de cirurgias, o que, segundo ele, recairia sobre os Vereadores que autorizarem as operações de crédito. Por fim, comunicou que a Câmara não pode ser omissa diante do que chamou de "maquiagem do orçamento" e do acúmulo de dívidas, citando aproximadamente R\$ 6 milhões relativos à operação dos caminhões de coleta e cerca de R\$ 700 mil em débitos de combustível. Ressaltou que a população sente diretamente os impactos da gestão, enquanto os gestores não dependem dos serviços públicos que, segundo ele, estão sendo comprometidos. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão informou ser membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e Presidente da Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade, relatando que encaminhou questionamentos formais à Prefeitura, mas que, segundo ele, as respostas não foram efetivas. Destacou que não foi informado o valor detalhado referente às obras de encostas e demais intervenções previstas no Bairro Dom Bosco. O Vereador manifestou preocupação em votar a autorização de crédito de R\$ 39 milhões sem que haja clareza sobre os custos reais das obras, afirmando que o valor final pode ser superior ao apresentado. Disse que a Câmara não deve aprovar o que chamou de "cheque em branco", sem especificações sobre quanto será destinado a cada etapa ou obra. Como comparação, citou outra Mensagem de empréstimo em



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

tramitação referente à construção de uma creche no Grotão do Vitorino e de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Santo Antônio, ambas com valores definidos em cerca de R\$ 3 milhões para cada, o que, segundo ele, permite uma avaliação adequada. Afirmou não ser contrário ao investimento no Dom Bosco e declarou que, com projetos devidamente detalhados, seria o primeiro a votar favoravelmente, destacando sua expressiva votação no bairro. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes declarou concordar com os apontamentos dos colegas e que, somadas, as operações de crédito em tramitação representam quase R\$ 1 bilhão. Questionou se a Prefeitura é capaz de garantir formalmente que o Município de Juiz de Fora não sofrerá colapso financeiro nos próximos dez anos, uma vez que, segundo ela, os empréstimos têm como garantias receitas essenciais à população. A Vereadora disse que a dívida municipal é elevada e que a situação financeira não corresponde ao que, em sua avaliação, a Prefeitura tenta demonstrar. Relatou dificuldades no recebimento de pedidos de informação, apontando respostas incompletas ou ausência de retorno, o que, segundo ela, compromete a transparência e exige, por vezes, judicialização para acesso a documentos. Falou que a Câmara deveria rejeitar as Mensagens de crédito, caso queira resguardar o interesse da população, argumentando que eventuais consequências financeiras recairão sobre todos os Vereadores. Disse também que a ausência de apresentação de dados detalhados sobre refinanciamentos, parcelamentos e dívidas decorrentes de serviços prestados e não pagos prejudica a população. Por fim, atribuiu a situação ao que classificou como um "método de gestão" da atual Administração, dizendo que políticas populistas estariam sendo utilizadas para fins eleitorais. Com a palavra, a Secretária de Obras Bruna Rocha respondeu a questionamentos referentes à Mensagem 4.711/2025 e à Mensagem 4.716/2025, relativa à canalização do Córrego Ipiranga. A Secretária explicou que o programa Periferia Viva é dividido em eixos de investimento: R\$ 12,5 milhões estimados para contenção de encostas; R\$ 14,5 milhões para infraestrutura urbana (água, esgoto, drenagem, pavimentação, melhoria viária, meio-fio e passeio); R\$ 3,5 milhões para equipamentos e áreas de lazer; e R\$ 5 milhões para melhorias habitacionais. Os demais valores correspondem a planos de ação, custos de projetos, recuperação ambiental, gestão de resíduos, prevenção contra incêndio e avaliação pós-intervenção, exigida pela Caixa em programas acima de R\$ 20 milhões. O total destinado ao Dom Bosco é de R\$ 40 milhões, baseado em estudos preliminares, já que projetos executivos não são obrigatórios para captação inicial de recursos. Sobre a Mensagem 4.716/2025, a Senhora Bruna apresentou o projeto de macrodrenagem do Córrego Ipiranga, abrangendo os Bairros Sagrado Coração de Jesus e Santa Efigênia. Explicou que a obra é complementar às intervenções já contempladas no Santa Luzia, dentro da mesma bacia hidrográfica. Destacou que o córrego apresenta inúmeros pontos de erosão e queda de margem, afetando moradias próximas e causando riscos estruturais, além de recorrentes episódios de alagamento que comprometem mobilidade, segurança e saúde pública. Informou que a área concentra cerca de 1.500 residências e aproximadamente 6 mil habitantes em zona de risco hidrológico, com 245 ocorrências registradas desde 1996. Explicou que o projeto prevê: canalização e ampliação da seção do córrego; substituição de travessias; construção de reservatório subterrâneo com capacidade superior a 27 mil m³, similar ao implantado nos Bairros Industrial e Santa Luzia; e adequações estruturais em dois trechos distintos, com ampliação e uniformização da calha para melhorar o escoamento e reduzir remansos e alagamentos. A Secretária disse que as imagens apresentadas são apenas ilustrações conceituais, geradas por inteligência artificial, enquanto os projetos hidrológicos e executivos estão em desenvolvimento. O valor total do investimento é de R\$ 63.330.000, sendo R\$ 60 milhões de repasse federal e R\$ 3 milhões de contrapartida municipal, conforme regras do PAC. O prazo estimado é de 6 meses para projetos e 36 meses para execução, com financiamento estruturado em 252 meses, incluindo 12 meses de carência e juros de 6% ao ano, acrescidos de encargos da Caixa. A Senhora Bruna concluiu ressaltando que essa é mais uma das grandes intervenções de macrodrenagem planejadas pela Prefeitura, desenvolvidas por equipes técnicas da Secretaria de Obras, Defesa Civil, Sedup e consultorias especializadas. Informou que está em andamento o Plano Municipal de



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

Drenagem, que fornecerá diagnóstico completo da cidade para embasar novas captações de recursos e prioridades futuras. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola manifestou satisfação com a obra de macrodrenagem do Córrego Ipiranga e o projeto nos Bairros Santa Luzia e Santa Efigênia, considerando-o uma iniciativa visionária e destacando o trabalho da equipe técnica, incluindo a Arquiteta responsável pelo projeto. O parlamentar questionou a necessidade do pedido de empréstimo no valor de R\$ 63.330.000, considerando que a obra já está inserida no PAC, com repasse garantido pelo Governo Federal, sendo R\$ 60 milhões de repasse federal e R\$ 3 milhões de contrapartida municipal. O Vereador solicitou esclarecimentos sobre o motivo de a Prefeitura encaminhar a Mensagem de empréstimo à Câmara, se os recursos federais já estão garantidos, e pediu detalhamento do processo que justifica a contratação da operação financeira com a Caixa Econômica Federal. Ressaltou a importância de assegurar a garantia do financiamento antes de qualquer liberação de recursos municipais. Concluiu enfatizando que seu questionamento visa compreender o fluxo financeiro da obra e garantir transparência para a comunidade local. Com a palavra, o Senhor Ronaldo Pinto Júnior, Secretário de Governo, esclareceu que os investimentos do PAC se dividem em duas modalidades: recursos a fundo perdido, provenientes do Orçamento Geral da União, que exigem apenas contrapartidas legais do Município; e financiamentos de longo prazo, com juros subsidiados, destinados a viabilizar a execução de obras de grande porte em prazo compatível com a urgência das demandas. Informou que o Município obteve aprovação de aproximadamente R\$ 356.000.000,00 em recursos a fundo perdido, destinados, entre outras intervenções, às obras nos Bairros Santa Luzia e Distrito Industrial e às intervenções nos Córregos São Pedro e Mariano Procópio. No que se refere aos projetos enquadrados na modalidade de financiamento, destacou os programas Periferia Viva e Ribeirão das Rosas, enfatizando que tais projetos foram habilitados pelo Governo Federal, mas não contemplados com recursos orçamentários diretos, razão pela qual se fez necessária a contratação de financiamento em condições diferenciadas. Esclareceu que o valor apresentado corresponde ao teto máximo financiável, sendo a liberação condicionada à aprovação técnica dos projetos, à regularidade fiscal do Município e à validação dos Ministérios competentes. O Secretário detalhou que os projetos incluem obras de contenção e estabilização de encostas, reassentamento de famílias em áreas de risco, melhorias habitacionais, implantação de infraestrutura urbana, saneamento básico, pavimentação, acessibilidade, além da criação de espaços públicos de lazer e convivência comunitária, sempre com participação da comunidade local e acompanhamento da Câmara Municipal. Na sequência, apresentou informações sobre o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (Fiis), aprovado pelo Congresso Nacional em 2024, que permite aos municípios pleitearem financiamentos para obras nas áreas de Saúde e Educação. Informou que o Município apresentou dois projetos habilitados no PAC, mas não selecionados naquela ocasião, referentes à construção de uma UBS no Bairro Santo Antônio e de uma creche na região do Grotão no Bairro Vitorino Braga, totalizando aproximadamente R\$ 6.800.000,00. Destacou as condições do financiamento, incluindo carência de 24 meses, prazo de pagamento de até 240 meses e taxas de juros abaixo das praticadas no mercado. Em relação ao financiamento via Finisa, o Secretário esclareceu tratar-se de instrumento amplamente utilizado pelo Município em gestões anteriores, com fiscalização dos órgãos de controle e prestação de contas regular. Enumerou diversas obras já executadas com recursos do programa, como intervenções em encostas, drenagem urbana, equipamentos esportivos, reforma do Mercado Municipal, obras viárias e parques urbanos, ressaltando que tais investimentos contribuíram significativamente para a melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida na cidade. O Secretário disse que as propostas de financiamento apresentadas visam oferecer respostas estruturais às demandas históricas da população, especialmente nas áreas de risco, saúde, educação, lazer e mobilidade urbana, reafirmando que todas as contratações dependem da autorização legislativa e do cumprimento rigoroso das exigências legais e fiscais. Pela ordem, o Vereador Nego Bússola questionou a distinção entre os recursos do PAC a fundo perdido e os financiamentos propostos, especialmente no que se



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

refere à obra estimada em R\$ 63.000.000,00. Perguntou se os recursos estariam efetivamente garantidos ou se implicariam ônus financeiro adicional ao Município. O Presidente Zé Márcio Garotinho registrou que, na Audiência Pública dos investimentos do PAC, referentes ao financiamento das obras no Bairro Santa Luzia, constava, em material exibido, a inclusão do Córrego Santa Efigênia. Destacou que, diante da apresentação do novo financiamento, surgiu o questionamento quanto à eventual duplicidade, indagando se o referido córrego já não estaria contemplado nos investimentos anteriormente apresentados. Em resposta, o Secretário Ronaldo esclareceu que as informações relativas às modalidades de financiamento do PAC já haviam sido apresentadas em audiência pública anterior, cujos registros audiovisuais encontram-se disponíveis nos canais oficiais da Prefeitura. Reiterou que parte significativa dos recursos do PAC é a fundo perdido, com licitações já em andamento, enquanto outros projetos dependem de autorização legislativa para contratação de financiamento em condições favorecidas, como forma de viabilizar obras urgentes que não poderiam aguardar a acumulação gradual de recursos próprios. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola disse ter acompanhado atentamente a audiência pública anterior, especialmente por tratar-se da obra de macrodrenagem do Córrego Santa Luzia, região de sua atuação. Esclareceu que seus questionamentos não se referiam aos recursos a fundo perdido, mas à efetiva garantia dos recursos anunciados para a obra como um todo. O Vereador ressaltou que, durante as apresentações técnicas, foi mencionada a existência de recursos garantidos para o conjunto das intervenções, incluindo o trecho entre os Bairros Sagrado Coração de Jesus e Santa Efigênia, razão pela qual solicitou esclarecimentos quanto à origem desses valores. Falou da responsabilidade do Legislativo em assegurar transparência, evitando que a população seja induzida a erro. Por fim, questionou se os recursos são provenientes do Governo Federal ou se a execução das obras dependerá de financiamento a ser contratado pelo Município, cujo ônus recairia sobre os contribuintes, agradecendo ao Presidente ao encerrar sua manifestação. O Secretário de Governo, Ronaldo Pinto Júnior esclareceu que os recursos mencionados são provenientes do Governo Federal, oriundos de impostos, não integrando os cofres do Município. Explicou que tais valores somente se concretizam após a realização do processo licitatório, homologação do contrato e início da execução da obra, ocasião em que os pagamentos são realizados diretamente pela Caixa Econômica Federal às empresas contratadas, sem trânsito pelas contas da Prefeitura. Acrescentou que, uma vez selecionado e habilitado o projeto pelo Governo Federal, os recursos estão garantidos, restando apenas o cumprimento das etapas legais, dentre elas a autorização da Câmara Municipal para contratação do financiamento, a aprovação das condições fiscais pelo Ministério da Fazenda e, por fim, a validação técnica dos projetos pelos ministérios competentes, especialmente no caso do financiamento no valor de R\$ 63.000.000,00 referente às obras no Córrego Santa Efigênia. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão informou aos demais Vereadores que a documentação encaminhada no dia 19 de novembro chegou ao seu gabinete apenas na presente data, razão pela qual ainda não havia tido oportunidade de analisá-la. Assegurou, contudo, que providenciaria a reprodução do material e o compartilhamento com os membros da Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade, destacando que emitiria parecer sobre a matéria ainda naquele dia, mesmo que fosse necessário estender os trabalhos. O Vereador também esclareceu que a construção da creche na região do Grotão atenderá não apenas à demanda do Bairro Vitorino mas também aos alunos da antiga creche do Santa Cândida, que foi demolida após apresentar problemas estruturais, ressaltando que há cerca de dois anos o tema vem sendo discutido. Parabenizou a Prefeita pelo cumprimento do compromisso assumido, destacando que a medida visa ampliar e reorganizar as vagas de educação infantil na região. Pela ordem, o Vereador Pardal falou que, independente da modalidade de financiamento, seja por meio do Finisa, BNDES ou recursos do PAC, o objetivo central é atender às demandas reais das comunidades, salientando que os investimentos autorizados pela Câmara têm se convertido em melhorias concretas para a cidade. Agradeceu à Prefeita a entrega da nova UBS do Bairro Manuel Honório, após décadas de espera, e disse que a



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

obra representa avanço significativo na ampliação e qualificação do atendimento à população local. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado questionou a Secretária da Fazenda, Fernanda Finotti, acerca da situação do empréstimo no valor de R\$ 336.000.000,00, aprovado anteriormente por esta Casa Legislativa para a execução de obras no Bairro Santa Luzia. O Vereador disse que, caso o referido financiamento tivesse sido efetivado, parte significativa das obras já poderia estar concluída, beneficiando diretamente a população da região. Indagou se o mencionado empréstimo foi revogado e se não será mais contratado pelo Município, ressaltando que se tratava de operação com condições financeiras favoráveis. Manifestou preocupação com a possibilidade de persistência dos problemas de enchentes na região de Santa Luzia, caso as obras continuem sem execução, registrando que a comunidade aguarda há anos por intervenções estruturais. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, a Senhora Jade Dias, representante do Museu de Território da UFJF e da Aban (Associação dos Amigos), moradora do Bairro Dom Bosco, relatou aspectos históricos, sociais e culturais da formação da comunidade, destacando sua origem centenária e o caráter tradicional e comunitário do bairro. Ressaltou que grande parte das famílias locais descende de antigos trabalhadores rurais e que a ocupação do território se deu por meio de doações de terrenos, sem infraestrutura básica à época, sendo os próprios moradores responsáveis pela abertura de ruas e construção das moradias. A oradora disse que o Bairro Dom Bosco possui uma dívida histórica por parte do poder público, em razão da ausência de investimentos estruturantes ao longo das décadas, apontando a perda de áreas de lazer, espaços comunitários e fontes naturais de água, bem como o impacto do avanço de empreendimentos imobiliários, que, segundo relatou, contribuíram para o adensamento e sufocamento da comunidade. Destacou que os atuais projetos apresentados pela Prefeitura estão sendo construídos com participação direta dos moradores, por meio de reuniões comunitárias, e que os recursos previstos visam garantir dignidade, segurança e prevenção de riscos, especialmente relacionados a deslizamentos e desmoronamentos. Reforçou que a comunidade não reivindica benefícios individuais, mas condições adequadas de moradia e preservação da vida. Por fim, manifestou apoio às iniciativas em andamento, ressaltando que elas representam oportunidade de valorização do bairro, fortalecimento da identidade local e reconhecimento de sua importância histórica e social para a cidade de Juiz de Fora, agradecendo a oportunidade de fala. Com a palavra, a Senhora Livia Silveira, representante da organização Amagen, agradeceu a inclusão do tema na pauta e ressaltou que as demandas do Bairro Dom Bosco representam uma dívida histórica, social e econômica. Destacou o trabalho desenvolvido pela organização na comunidade, pautado em gestão, planejamento e responsabilidade, conforme acompanhado por Vereadores que atuam diretamente na região. A oradora fez apelo para que as organizações sociais participem de forma mais efetiva das etapas de planejamento e monitoramento dos projetos, enfatizando a importância da mobilização comunitária e da escuta de todos os moradores, inclusive daqueles que ainda não têm conhecimento das iniciativas em andamento. Apontou, ainda, a necessidade de contemplar outras demandas do bairro, como espaços de lazer e áreas públicas. Por fim, ressaltou que a participação ativa da comunidade é fundamental para a preservação e sustentabilidade das intervenções realizadas, agradecendo a oportunidade de manifestação. Com a palavra, o Senhor Igor Burkowski, do Partido Novo, falou da necessidade de informações detalhadas sobre a situação fiscal do Município. Solicitou à Secretaria de Finanças esclarecimentos sobre o comprometimento futuro do Município com as parcelas dos financiamentos após o término dos prazos de carência, considerando os limites legais de endividamento e projetando a evolução nos próximos cinco anos. E os impactos de uma eventual queda de 5% na receita do Município sobre a capacidade de honrar os compromissos financeiros e manter a prestação de serviços à população. O orador ressaltou que a compreensão desses dados é essencial para avaliar a sustentabilidade fiscal das propostas de financiamento apresentadas. Com a palavra, a Senhora Natália Paleta questionou a transparência e os detalhes sobre os financiamentos apresentados, observando que algumas informações, como valores e prazos das parcelas, não constam nas Mensagens do Executivo nºs 4.715/2025 e 4.717/2025, e solicitou esclarecimentos



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

sobre a taxa Selic aplicada ao financiamento de 200 milhões. Ela destacou a importância de cautela ao contrair empréstimos com recursos de terceiros, lembrando que a capacidade fiscal do Município deve ser considerada. Citou a evolução do índice Capag (Capacidade de Pagamento), que mede a saúde financeira municipal, destacando que Juiz de Fora passou de nota C no ano de 2020 para A no ano de 2023, mas voltou a cair para B em 2024. A Senhora Natália questionou se uma eventual queda para nota C impediria o Município de contrair créditos com garantia da União, trazendo risco fiscal. Encerrando, questionou os Vereadores sobre a responsabilidade de aprovar novos empréstimos de 300 milhões diante desse cenário, com baixa liquidez e riscos de piora do Capag, pedindo atenção à segurança financeira e à transparência com a população. Pela ordem, o Vereador Marlon Siqueira perguntou sobre a falta de informações nas Mensagens referentes ao Finisa de 200 milhões e às obras da creche e UBS, pedindo esclarecimentos sobre as taxas de juros aplicadas. Ele observou que, na Mensagem do Executivo nº 4.716/2025, referente à drenagem do Ipiranga, a taxa é de 6%, enquanto no financiamento do Dom Bosco, com a mesma fonte, a taxa é de 5%. Sugeriu que se verifique a possibilidade de uniformizar as taxas em 5% para reduzir os custos de juros para o Município. Com a palavra, a Secretária Fernanda Finoti respondeu que os investimentos recentes em Juiz de Fora só foram possíveis graças ao empenho e à articulação das pessoas envolvidas na obtenção dos financiamentos e à situação fiscal equilibrada do Município. Ela explicou que o Município optou por não finalizar um financiamento da Cooperação Andina de Fomento (CAF) devido ao risco cambial, mesmo sendo de juros baixos, e que, em substituição, o Bairro Santa Luzia receberá recursos do PAC com subvenção econômica, sem juros e sem necessidade de devolução, garantindo os benefícios sem comprometer o caixa municipal. A Secretária Fernanda enfatizou que o Município só consegue acessar esses financiamentos porque mantém uma situação fiscal, econômica e financeira saudável. Todos os novos financiamentos são avaliados considerando o estoque total de dívida e indicadores prudenciais, respeitando o limite de 11,5% de endividamento sobre a receita. Atualmente, a dívida do Município é negativa, ou seja, o que há em caixa cobre integralmente o serviço da dívida. Ela reforçou que apenas projetos bons e elegíveis recebem recursos federais e que órgãos como o Tesouro Nacional atestam a capacidade do Município de assumir esses compromissos. Sobre o Capag, esclareceu que ele considera a média móvel dos últimos três anos e que a oscilação entre A e B reflete o uso dos recursos para atender às necessidades da população, como creches e UBS, e não indica risco de endividamento. Disse que, se o Capag caísse para C, o Município não poderia contrair novos créditos com garantia da União, mas atualmente está dentro de limites seguros. Ela explicou ainda que o Município fecha suas contas antes de efetuar pagamentos anuais, como 13º e despesas das UBS, para garantir responsabilidade fiscal e cumprir normas do TCE, mesmo que isso gere pequenos atrasos. Comentou que, graças à disciplina fiscal e ao planejamento cuidadoso, Juiz de Fora consegue investir na periferia e em serviços essenciais, mantendo equilíbrio financeiro e garantindo que os recursos cheguem efetivamente à população. Concluiu explicando que a taxa de juros dos financiamentos ainda está em negociação e vai depender do prazo de pagamento, que pode variar de 5 a 20 anos. Ela destacou que o Município sempre busca a menor taxa possível, priorizando o que consegue executar sem comprometer a capacidade financeira. Exemplificou falando que o BNDES chegou a oferecer R\$ 1 bilhão, mas o Município optou por pegar apenas o que é necessário e gerenciável, aguardando a possibilidade de condições ainda melhores. Atualmente, a referência da taxa é de 109% do CDI, ligeiramente abaixo da Selic, e o valor final será ajustado conforme a negociação, com prazos mais curtos resultando em taxas menores. Pela ordem, o Vereador Marlon Siqueira disse que, para a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira liberar a votação dos projetos, é importante que sejam apresentados anexos com as simulações de taxas e prazos, garantindo segurança jurídica e transparência para os Vereadores. A Secretária Fernanda respondeu que a Secretaria de Governo demanda essas informações e que a equipe entrega as simulações para apreciação. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado complementou, fazendo um paralelo prático sobre a gestão das contas



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

públicas, citando casos de fraldas geriátricas que demoraram a ser distribuídas apesar de haver recursos disponíveis. Ele reforçou que, mesmo com contas equilibradas e planejadas, é necessário que os processos administrativos sejam ágeis para que a população receba os benefícios. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal explicou que os projetos de lei apresentados à Câmara seguem prazos e etapas previstas, incluindo carência de 12 meses para início do pagamento, e que os Vereadores avaliam os projetos considerando a execução orçamentária e a responsabilidade financeira. Ele mencionou que há atrasos em alguns pagamentos de serviços essenciais, como transporte público, fraldas geriátricas e contratos de limpeza, e que a execução orçamentária envolve empenho, liquidação e pagamento das despesas. O Vereador ressaltou que empréstimos e financiamentos geram obrigações financeiras futuras e que a aprovação dos projetos considera a capacidade de execução e a manutenção do equilíbrio fiscal do Município. Concluiu destacando que os Vereadores acompanham a execução dos serviços e a utilização dos recursos para garantir que atendam às necessidades da população. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut parabenizou a participação dos moradores do Bairro Dom Bosco que compareceram à Audiência Pública para acompanhar e contribuir com os projetos do bairro. Ela ressaltou a importância da presença da comunidade, enfatizando que a participação ativa é um exemplo de cidadania e de interesse pelo desenvolvimento local. Lembrou também que melhorias no bairro envolvem diversas áreas, como habitação, drenagem e infraestrutura, além de saúde e educação, e parabenizou os participantes pelo engajamento e pela atuação na busca por um bairro melhor. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que é importante compreender os detalhes de projetos e empréstimos antes da votação, ressaltando que é fundamental que a população receba informações claras sobre os procedimentos. O Vereador mencionou diversos bairros que, segundo ele, necessitam de atenção e melhorias, citando Dom Bosco, Linhares, Monte Castelo e Carlos Chagas. Ressaltou que conhece pessoalmente essas localidades, pois nasceu e foi criado na região, tendo vivido situações de dificuldade que o familiarizaram com os desafios enfrentados por moradores de áreas com menor infraestrutura. O Vereador também relatou sua trajetória de vida, mencionando que enfrentou adversidades desde a infância e que sempre trabalhou para conquistar seus objetivos, reforçando sua experiência em lidar com situações de necessidade e dificuldades enfrentadas por diferentes comunidades. Por fim, enfatizou seu compromisso com o acompanhamento das demandas locais e a importância de apoiar as ações voltadas à melhoria das condições de vida nos bairros mencionados. Pela ordem, o Vereador Marlon Siqueira solicitou esclarecimentos sobre a utilização dos recursos do Finisa. Mencionou que, conforme os itens apresentados, os recursos destinam-se a obras de infraestrutura, pavimentação asfáltica, infraestrutura tecnológica, modernização administrativa e saneamento ambiental. O Vereador também questionou a possibilidade de utilização dos recursos do Finisa como contrapartida financeira em operações de crédito e repasses, expressando dúvida sobre a aplicação do recurso para pagamento de outro financiamento, e solicitou esclarecimentos adicionais sobre esse ponto. Com a palavra, o Secretário de Governo Ronaldo Pinto Júnior explicou que o item relativo à utilização dos recursos como contrapartida foi incluído na Mensagem devido à exigência de contrapartidas em alguns financiamentos, como os projetos Santa Efigênia e Periferia Viva. Informou que, no caso do Periferia Viva, a contrapartida é de R\$ 2 milhões. O Secretário ressaltou que a inclusão desse item visa prever o volume das contrapartidas, que podem ser elevadas, e que, em Mensagens anteriores do Finisa, esse item não havia sido contemplado. Destacou ainda que, com os investimentos do PAC, existe um regramento que exige contrapartida por parte do Município, o que poderia impactar o orçamento caso fosse necessário executar todas as obras em um único ano. A medida, segundo ele, amplia a possibilidade de planejamento financeiro do Município. Com a palavra, o Vereador André Luiz Vieira disse que a Casa Legislativa possui uma comissão específica para tratar de questões orçamentárias, conduzida pelo Presidente Juraci Scheffer e pelos Vereadores Marlon Siqueira e Tiago Bonecão, cuja função é apresentar pareceres e relatórios que balizam as decisões do plenário. O Vereador falou que seu posicionamento é de apoio a investimentos em



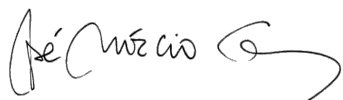
1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

comunidades da periferia, ressaltando a importância de obras estruturais, mesmo que os custos sejam elevados, e destacou que a prioridade deve ser garantir melhorias que atendam às necessidades da população local. Citou experiências anteriores em que recursos do Finisa e emendas parlamentares foram aplicados em obras de infraestrutura, como encostas, córregos e unidades básicas de saúde, enfatizando que tais investimentos beneficiam diretamente a comunidade. O Vereador reforçou que confia no trabalho da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e que seu apoio se mantém para qualquer avaliação de matérias relacionadas a investimentos comunitários, destacando que considera essencial priorizar obras que atendam às necessidades da população, independentemente do custo. Pela ordem, o Vereador Dr. Antônio Aguiar falou que a comunidade deve ser o ponto central das discussões sobre projetos de financiamento e investimentos municipais. Ressaltou a importância de considerar as necessidades locais e de acompanhar de perto as condições dos bairros que receberão intervenções. O Vereador relatou experiências pessoais de sua infância no Bairro Vitorino Braga, mencionando as dificuldades enfrentadas devido à presença do Córrego do Yung, cuja canalização trouxe melhorias significativas para o bairro, incluindo maior segurança e valorização imobiliária. Ele reforçou que as Comissões de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade atuam com seriedade na análise das questões financeiras e fiscais, e que os Vereadores têm equipes que estudam e acompanham os projetos de forma detalhada. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes falou sobre preocupações referentes à transparência e ao cumprimento da legislação vigente sobre a sinalização de obras públicas. Ela disse que solicita esclarecimentos ao Secretário de Governo sobre a ausência de placas informativas em algumas obras da Prefeitura, que deveriam conter dados como empresa responsável, licitação, prazos, valores e procedência dos recursos. Ela perguntou se esse procedimento será regularizado, de que forma será realizado e qual seria o prazo estimado para a adequação, mencionando como exemplo uma obra em andamento no Bairro Linhares que não apresenta a sinalização conforme a legislação. Com a palavra, o Secretário de Governo respondeu que existem muitas obras da Prefeitura e que será necessário realizar um levantamento para identificar quais não possuem placas informativas. Disse que se compromete a fornecer o retorno o quanto antes. O Secretário afirmou que concorda com a importância da sinalização das obras para comunicar à sociedade e explicou que, devido à quantidade de intervenções em diversos bairros, não tem como fornecer a informação imediatamente, mas reforçou que irá levantar os dados e apresentar a resposta posteriormente. Para as considerações finais, com a palavra, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, Vereador Juraci Scheffer, discorreu sobre a importância dos financiamentos discutidos, ressaltando que o Município recebeu recursos significativos do Governo Federal para obras estruturantes. Ele disse que a Prefeitura precisa atender a requisitos como capacidade de pagamento, regularidade fiscal e planejamento adequado para realizar empréstimos, e que a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira acompanha essas questões com zelo. O Vereador mencionou a execução de obras estruturais em diferentes bairros, citando intervenções em Dom Bosco, ruas da Zona Norte e via São Pedro, e enfatizou que os recursos dos financiamentos são destinados exclusivamente a projetos específicos, não podendo ser utilizados para despesas gerais do Município. Falou sobre a importância do planejamento das obras, da apresentação de projetos executivos e da medição para liberação dos recursos, destacando que os financiamentos permitem a realização de investimentos necessários em infraestrutura, educação e saúde, beneficiando diretamente a população. O Vereador Juraci Scheffer ainda parabenizou o trabalho dos demais membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, dos Vereadores que participaram da Audiência e do Secretário de Governo Ronaldo, e informou que novas reuniões serão realizadas para discutir emendas parlamentares, finalização de obras e apreciação de matérias relacionadas aos financiamentos. Pela ordem, o Vereador Marlon Siqueira falou que todas as dúvidas da Câmara foram externadas e que o Executivo fornecerá esclarecimentos e correções conforme necessário. Nada mais havendo a ser

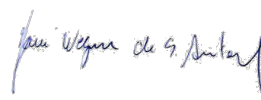


1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/12/2025 ATA APROVADA

tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 18h29min. Estiveram presentes: Ronaldo Pinto Júnior, Secretário de Governo; Cidinha Louzada, Secretária de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular; Bruna Ferreira, Secretária de Obras; Leonardo Leon, Subsecretário de Obras; Júlia Daibert, Secretária de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular; Felipe Santiago, Departamento de Recursos Transferidos; Luis Fernando Martins, Engenheiro e Subsecretário da Defesa Civil; e Fernanda Finotti, Secretária da Fazenda. Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Antônio Santos de Aguiar (Dr. Antônio Aguiar), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), Jefferson da Silva Januário (Negro Bússola), João Evangelista de Almeida (João do Joaninho), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Juraci Scheffer, Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes), Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão) e Victor Paulo de Oliveira (Vitinho). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 6 de janeiro de 2026.



José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal



João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

